

**ALEXANDRE POLESÍ**  
 Repórter da Sucursal de Brasília

O senador Marco Maciel (PE), presidente nacional do PFL, disse ontem que seu partido não se confunde com o "Centrão", o bloco suprapartidário do Congresso constituinte, nem apóia a linha radicalizante que a cúpula deste movimento adotou na última semana. "A nova Constituição não pode ser decidida numa queda de braço, a maioria quer o entendimento", disse o senador.

No dia anterior, Maciel teve uma conversa dura com o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), e foi mais enfático: "A Constituinte não é uma assembleia geral de acionistas, onde quem tem 51% das ações leva o conselho de administração e faz o estatuto". Lourenço, um dos líderes da ala direita do "Centrão", cobrava um empenho maior da cúpula do PFL para derrotar a esquerda e o PMDB na votação do novo regimento do Congresso constituinte, o que não aconteceu.

A Folha apurou que Maciel e outros líderes do PFL, como os senadores Carlos Chiarelli (RS) e Jorge Bornhausen (SC) tiveram papel decisivo, na quarta-feira para impedir uma vitória total da direita do "Centrão", no plenário da Constituinte. O "Centrão" anunciava que tinha a maioria absoluta de 280 votos para aprovar a "preferência" sobre sua proposta de regimento.

Maciel, entretanto, conseguiu 18 votos de seu grupo do PFL contra a preferência do "Centrão", e ele próprio se absteve de votar. O resultado foi que o "Centrão" efetivamente ganhou a preferência, mas só com 271 votos, o que abalou a confiança do grupo em sua alardeada maioria absoluta. Em consequência, no dia seguinte, quinta-feira, o "Centrão" achou mais prudente aceitar a proposta do PMDB e adiou a votação do regimento para a próxima quarta-feira.

Ao mesmo tempo, abriu negociações com o PMDB e outros partidos para buscar um regimento consensual. Este desfecho deixou Maciel satisfeito. "Não podemos radicalizar, nem tanto ao mar, nem tanto à terra", disse o senador que assinou o manifesto inicial do "Centrão", porque concordava com a mudança do regimento, mas surpreendeu-se

quando um grupo de direita fechou as portas do movimento à negociação.

As bases da negociação sem confronto estavam virtualmente delineadas já na quarta-feira passada, com uma proposta do deputado Afif Domingos (PL-SP). So não houve acordo aquele dia "porque não havia clima", como afirmou ontem o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA), um dos que tentavam o acordo. Ou seja, o "Centrão" quis forçar uma vitória exemplar sobre a esquerda para só depois negociar.

A proposta de Afif —membro do "Centrão"— teve aceitação de Maciel, Chiarelli e Bornhausen. Depois, já no gabinete do deputado Ulysses Guimarães, foi discutida com os senadores Mário Covas (PMDB-SP), Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), José Richa (PMDB-PR), e o deputado Genebaldo Correia. "Vou conversar com o meu pessoal", disse Maciel, predisposto ao acordo.

Falou em seguida com o deputado José Lourenço. Surpreendentemente, o deputado disse depois a Maciel que consultara Afif e este teria negado que tinha uma proposta de acordo. Maciel calou-se. Percebeu que o núcleo mais radical do "Centrão" não queria acordo. Passou então a articular uma forma de impedir que o bloco conservador tivesse 280 votos, o que efetivamente aconteceu.

Agora, na avaliação de Maciel, o confronto ideológico na Constituinte ficou "zerado". A esquerda que dominava a Comissão de Sistematização percebeu que, no plenário, a maioria é mais moderada do que supunha. A direita, por sua vez, descobriu com o adiamento da votação do regimento que não poderá impor sua vontade aos demais. "Acredito que quarta-feira se votará um acordo que retomará o caminho primitivamente buscado pelo "Centrão", que era apenas o de reformar o regimento", disse o senador.

Com esse acordo, calcula Maciel, a Constituinte poderá ser promulgada, "realisticamente", até fevereiro. Os deputados a partir da próxima semana se concentrarão nos temas substantivos da Constituinte, entre eles o sistema de governo e as próximas eleições. Segundo o senador, os quatro anos de mandato para o presidente José Sarney "são um fato irreversível, o que não é o caso do sistema de governo".

## Líderes do PFL saem divididos

Da Sucursal de Brasília

Uma tensa discussão entre o deputado José Lourenço (PFL-BA) e a maioria dos líderes do PFL acabou azedando e dividindo a reunião da Executiva Nacional do partido, na última quinta-feira. Líder do PFL na Câmara, Lourenço cobrou da cúpula do partido um engajamento maior às teses do "Centrão". Sua cobrança foi rechaçada e o deputado saiu isolado da reunião, apurou a Folha ontem.

Logo no começo, Lourenço cobrou uma "definição" do PFL e insinuou que o "Centrão", na quarta-feira, só não tinha conseguido os 280 votos (maioria absoluta) para sua proposta de regimento do Congresso constituinte devido à falta de unidade do partido. Repetiu que o "Centrão"

queria primeiro aprovar sua proposta de regimento para depois negociar emendas com outros partidos.

O deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE) cortou: nós somos liberais, e o liberalismo na sua essência é reformista. O que esse pessoal está querendo (referência ao "Centrão") é manter toda a estrutura política e social do país manietada. E não podemos concordar com isso.

"Não admitimos que o partido se engaje num movimento radical de direita" —acrescentou o líder no Senado, Carlos Chiarelli (RS). O deputado Saulo Queiroz (MS), secretário-geral do PFL, foi mais duro: "O partido não pode ser massa de manobra de um grupo que tem um discurso bolorento contra a sociedade".

# 'Grupo dos 32' tenta atrair os 'moderados'

**RITA TAVARES**  
 Repórter da Sucursal de Brasília

O "Grupo dos 32", com constituintes de cinco partidos e coordenado pelo senador José Richa (PMDB-PR), e o senador Marco Maciel (PE), presidente nacional do PFL, divulga, na próxima terça-feira, um pacote de emendas ao projeto da nova Constituição para conquistar os votos dos "moderados" do Congresso constituinte.



Nesse fim-de-semana, articuladores do "Grupo dos 32" intensificam contatos com membros do "Centrão", grupo conservador suprapartidário, para alinhar propostas comuns. Até ontem, emendas ao capítulo dos direitos trabalhistas da nova Constituição já reuniam apoio da maior parte dos integrantes dos dois grupos. Em conversas mantidas com empresários da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Richa apresentou as propostas e obteve sinal verde. O mesmo aconteceu nas conversas que o sena-

dor Virgílio Távora (PDS-CE) teve com líderes sindicais paulistas. A negociação foi feita como "um pacote" —cedia-se de um lado e ganhava-se do outro. Assim, a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas foi mantida, mas a proposta de estabilidade no emprego foi alterada.

## Acordo sobre regimento deve sair até quarta

Das Sucursais do Rio e Brasília

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da República interino, vai passar o fim-de-semana negociando com o "Centrão" (grupo suprapartidário) sobre as mudanças no regimento interno do Congresso constituinte, para conseguir acordo antes da quarta-feira, quando deverão ser votados dois projetos substitutivos ao atual regimento. Ulysses espera que a nova Constituição fique pronta até janeiro de 88 e que o plenário mantenha "80%" dos artigos aprovados pela Sistematização.

Como base da discussão, o deputado Afif Domingos (PL-SP) propõe a diminuição da abrangência do texto proposto pelo "Centrão", ao prever a possibilidade de substitutivos não mais a títulos inteiros mas, no máximo, a capítulos do projeto da Sistematização. Propõe que para a apresentação de um substitutivo a

capítulo seja necessário provar que a emenda tem efetivamente 280 votos (não assinaturas). Se não tiver, a preferência recairá sobre o capítulo correspondente do texto da Sistematização. O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, disse ontem no Rio que as lideranças devem estabelecer condições regimentais o mais rápido possível.

Um mapeamento dos votos que deram a vitória ao "Centrão" mostra que dos 302 constituintes da bancada do PMDB, 111 (37%) votaram contra Ulysses. Outros 149 (49%) seguiram as lideranças peemedebistas. Ulysses se absteve e 41 estavam ausentes. 77% da bancada do PFL (103) votaram a favor do "Centrão", dezoito foram contra e doze ausentes. Dos vinte parlamentares do PTB, quatorze apoiaram o grupo. No PL, seis votos foram a favor e uma ausência. No PDC, cinco fecharam

### A PROPOSTA DO "GRUPO DOS 32"

Tema	Projeto aprovado pela Sistematização	Proposta dos "32"
Estabilidade	Garantia de emprego protegido contra despedida imotivada	Relação de emprego protegida contra despedida imotivada
Hora extra	Pagamento em dobro	Pagamento variando de 25% a 100%, nos termos dos contratos coletivos
Prescrição das causas trabalhistas	Imprescritibilidade até dois anos após o término do contrato de trabalho	Suprimir a proposta da Sistematização. Vale a atual legislação
Jornada de trabalho	Redução de 48 para 44 horas semanais	Mantém o texto
Licença gestante	Licença remunerada de 120 dias	Mantém o texto

foi estabelecido para dois outros direitos trabalhistas. Para manter a dilatação da licença-gestante de noventa para 120 dias, alterou-se a proposta de pagamento em dobro das horas extras. O grupo de Richa sugere que o serviço extraordinário seja pago com um percentual variável entre 25 a 100%, conforme estabelecerem os contratos coletivos de trabalho.

Atendendo uma preocupação do "Centrão", foi excluída do projeto da nova Constituição a equiparação de direitos para os trabalhadores urbanos e rurais. Depois de longas conversas com os relatores do grupo dos "conservadores", o "Grupo dos 32" derrubou a proposta de que os trabalhadores poderiam recorrer na Justiça em favor de seus direitos mesmo após dois anos do fim do contrato de trabalho.

Os articuladores do "Grupo dos 32" contam receber a adesão dos "moderados" do "Centrão" e aglutinar os 280 votos necessários para aprovar essas modificações. Se o senador Marco Maciel conseguir carregar a maior parte de sua bancada para esta articulação, a votação final do projeto poderá ser mais tranquila e terminar ainda este ano.

A "garantia de emprego", proteção contra dispensa imotivada ganhou uma nova redação. O "Grupo dos 32", conhecido também como grupo dos "moderados", propõe que apenas a "relação de emprego" fique protegida contra demissões imotivadas. Um segundo jogo de compensações

### PREFERÊNCIA PARA A VOTAÇÃO DO PROJETO DO "CENTRÃO" QUE ALTERA O REGIMENTO INTERNO

Partido	Contra	A favor	Abstenção	Ausente
PMDB	149	111	1	41
PFL	18	103	0	12
PDS	6	29	1	1
PDT	19	2	0	4
PTB	3	14	0	3
PT	16	0	0	0
PL	0	6	0	1
PDC	1	5	0	0
PC do B	5	0	0	0
PCB	2	0	0	1
PSB	2	0	0	0
PVA	1	0	0	0
PTR	0	1	0	0
Sem partido	1	0	0	0
TOTAL	223	271	2	63

com o "Centrão" e um com Ulysses. Todos os votos do PT, PCB, PC do B e PSB foram contra o "Centrão" e no PDT, só dois apoiaram o grupo.